

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL  
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – LEIS**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 – ASSEMBLEIA CULTURAL**
- 10 – ERRATA**

## LEIS

### LEI Nº 25.892, DE 1º DE JUNHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Missionária Católica Ágape, com sede no Município de Governador Valadares.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Missionária Católica Ágape, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vítório Júnior – 2º-Secretário

### LEI Nº 25.893, DE 1º DE JUNHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Casa Trabalho, Ensino e Cultura – Instituto Casatec –, com sede no Município de Lagoa Santa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Casa Trabalho, Ensino e Cultura – Instituto Casatec –, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

#### **LEI Nº 25.894, DE 1º DE JUNHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Marruaz, com sede no Município de Taiobeiras.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Marruaz, com sede no Município de Taiobeiras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

#### **LEI Nº 25.895, DE 1º DE JUNHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros Jardim Nova Esperança, Novo Horizonte e Cohab III – Anenhoch –, com sede no Município de Perdões.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros Jardim Nova Esperança, Novo Horizonte e Cohab III – Anenhoch –, com sede no Município de Perdões.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.896, DE 1º DE JUNHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Unidos do Zé, com sede no Município de Barbacena.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Unidos do Zé, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitorio Júnior – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.897, DE 1º DE JUNHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Inserir – Instituto de Desenvolvimento Humano, Pesquisa, Tecnologia e Inovação, com sede no Município de Araxá.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Inserir – Instituto de Desenvolvimento Humano, Pesquisa, Tecnologia e Inovação, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitorio Júnior – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.898, DE 1º DE JUNHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Orquestra São Caetano, com sede no Município de Mariana.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Orquestra São Caetano, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de junho de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário



ATAS

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 3/6/2026

### Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

#### Comparecimento

– Comparecem a deputada e os deputados:

Beatriz Cerqueira – Carlos Henrique – Leleco Pimentel – Lucas Lasmar.

#### Falta de Quórum

A presidenta (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 14h6min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 8, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2026

Às 16h15min, comparecem à reunião a deputada Lud Falcão e os deputados Raul Belém e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Companhia Energética de Minas Gerais (dois ofícios em 4/4/2024 e um ofício em 19/7/2024); da Universidade Estadual de Montes Claros (um ofício em 9/5/2025); do Instituto Mineiro de Agropecuária (um ofício em 18/7/2025); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (um ofício em 2/4/2026); e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 2/4/2026). Comunica também o recebimento de mensagem, recebida por meio do Fale com as Comissões, de Rubilene Corte Alves em que sugere a marcação de audiência pública para discutir a ampliação das funções da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, de modo a favorecer pequenos e médios produtores rurais. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 5.048/2026, em turno único (Carlos Henrique); Projeto de Lei nº 3.588/2022, no 1º turno (Dr. Maurício); e Projeto de Lei nº 5.477/2026, em turno único (deputado Raul Belém). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.470/2024 e 4.571/2025 na forma dos respectivos Substitutivos nº 1 (relator: deputado Raul Belém). É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 5.340/2026, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Projeto de Lei nº 4.452/2025 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Lud Falcão, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado por unanimidade, em turno único, o Projeto de Lei nº

5.477/2026 (relator: deputado Raul Belém), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.975/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 21.773/2026, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Leonídio Bouças e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, no Município de Jaíba, para debater os impactos da proposta de concessão das Etapas III e IV do Projeto Jaíba, conduzida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, especialmente os reflexos sociais, econômicos e fundiários da referida proposta para os produtores rurais, os irrigantes e as famílias assentadas da região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

São Gotardo, 1º de junho de 2026.

Lud Falcão, presidente.

#### **ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/5/2026**

Às 14 horas, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, em seguida, a suspende. Reabertos os trabalhos, a presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as escolas no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Daniela Nicácio Leite, professora de educação básica; Giselle Ribeiro de Oliveira, promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público de Minas Gerais; Júlia Pimenta Meinberg, estudante da Escola Estadual Maurício Murgel; Mara Letícia Carvalho de Souza Martins, coordenadora de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular da Secretaria de Estado de Educação; Marcelle Amador Dias, diretora de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, representando a coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; Rachel Campos Pereira de Carvalho, auditora de controle externo e assessora da Diretoria-Geral do Tribunal de Contas; Suéllen Cristina Ferreira Gomes Fernandes Coelho, diretora de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; e Valéria Cristina de Oliveira, professora-adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (por videoconferência); e os Srs. Celso Francisco Tondin, professor-adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei; João Guilherme Peixoto Duarte, presidente do Grêmio Niemeyer da Escola Estadual Governador Milton Campos e diretor da União Colegial de Minas Gerais; e Thomas Henrique de Oliveira Resende, secretário municipal de Educação de Nova Serrana, representando Jônatas Gonçalves Rêgo, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 8 de junho de 2026, destinada a homenagear a Sigma Tecnologia pela contribuição relevante no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a administração pública.

Palácio da Inconfidência, 3 de junho de 2026.

Tadeu Leite, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2026, às 13 horas, em Timóteo, com a finalidade de debater, em audiência pública, os impactos da alteração do zoneamento urbano que ampliou o potencial de ocupação e adensamento urbano na área conhecida como Mata dos Funcionários, que compreende vegetação remanescente de mata atlântica.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2026.

Tito Torres, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 102/2026, do governador do Estado, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.160/2024, da deputada Maria Clara Marra, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2026.

Zé Guilherme, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.987/2025****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao trecho da Rodovia LMG-713 entre a sede do Município de Serra dos Aimorés e o entroncamento com a MGC-418.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria em sua forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O projeto em análise tem por finalidade dar a denominação de Délio Rocha ao trecho da Rodovia LMG-713 entre a sede do Município de Serra dos Aimorés e o entroncamento com a MGC-418.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para que ela opinasse sobre a matéria. Em resposta, a secretaria enviou nota técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, por meio da qual o órgão se manifestou favoravelmente à pretensão da proposição em estudo, uma vez que o próprio público que se pretende nomear não possui denominação oficial e que não existem outros equipamentos públicos rodoviários no município com a denominação proposta. Solicitou, ainda, que o autor enviasse a comprovação do falecimento do homenageado, que foi prontamente atendida com a apresentação da respectiva certidão de óbito.

De posse dessas informações e expondo os argumentos a ela concernentes, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Délio Nunes Rocha, falecido em 24/6/2025. Segundo o autor da proposição, o homenageado foi um importante empresário do setor sucroalcooleiro da região. Em sua atuação, contribuiu para a estabilidade econômica local, com a operação da Destilaria de Alcool de Serra dos Aimorés S.A. – Dasa – e promoveu também o desenvolvimento industrial, com a implantação de uma fábrica de açúcar da empresa.

Entendemos, portanto, ser possível avançar com a proposição na forma original.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.987/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2026.

Rafael Martins, relator.



## **CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**

### **CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 3/6/2026, a seguinte correspondência:

### **OFÍCIOS**

Ofício nº 796/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.762/2026, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.762/2026.)

Ofício nº 1.610, da Defensoria Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.934/2026, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.934/2026.)

Ofício nº 592/2026/MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.037/2026, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.037/2026.)

Ofício Gabip nº 155/2026, da Prefeitura Municipal de Rio Acima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.097/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.097/2026.)

Ofício nº 36/2026 – BNDES/GP/Dealeg, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.151/2026, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.151/2026.)

Ofício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.180/2026, do deputado Ulysses Gomes. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.180/2026.)

Ofício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.249/2026, do deputado Leonídio Bouças. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.249/2026.)

Ofício nº 875/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.395/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.395/2026.)

Ofício nº 857/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.415/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.415/2026.)

Ofício nº 858/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.421/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.421/2026.)

Ofício nº 855/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.427/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.427/2026.)

Ofício nº 854/2026 – GAB/PGJ, do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.565/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.565/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.782/2026, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.782/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 17.028/2026. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 17.396/2026. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Ofício MGS/Asgoc nº 114/2026, da Minas Gerais Administração e Serviços S.A., encaminhando o relatório de resultados referente ao plano de negócios do exercício de 2025 e da estratégia de longo prazo 2025-2029 dessa empresa. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar pelo falecimento de Wallace Guedes, eterno Rei Momo do Carnaval de Belo Horizonte, ocorrido em 27/4/2026 (Requerimento nº 17.568/2026, da deputada Andréia de Jesus);

de congratulações com Andresen Vianna, maestro, compositor, arranjador e produtor musical brasileiro, pela relevante atuação na cena cultural brasileira (Requerimento nº 17.834/2026, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com Alexandre Salles, cantor e compositor, por sua atuação na cena musical brasileira (Requerimento nº 17.835/2026, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a Associação dos Músicos do Coral Lírico de Minas Gerais pela representação dos profissionais que atuam na preservação da rica tradição de canto coral no Estado e na promoção da democratização do acesso à música erudita (Requerimento nº 17.836/2026, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a Escola Estadual Dr. Luiz Pinto de Almeida, em Santa Rita do Sapucaí, pela conquista da medalha de bronze na Grande Final 2026 da Olimpíada Internacional de Matemática Sem Fronteiras, ocorrida na França (Requerimento nº 17.899/2026, do deputado Dalmo Ribeiro);

de congratulações com Alexandre Fernandes Ribeiro, investigador de polícia e coordenador de educação física da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, pela idealização, pela fundação e pela brilhante coordenação da Corrida da Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 17.920/2026, da Comissão de Esporte);

de congratulações com os alunos, professores e colaboradores que especifica, da Escola Estadual Professor Francisco de Paula Rebelo Horta, pela publicação da obra *Pequenos Autores, Grandes Histórias*, iniciativa que visa fortalecer o processo pedagógico através do desenvolvimento da leitura e escrita dos estudantes por meio do trabalho com diferentes gêneros textuais (Requerimento nº 17.924/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com Rosinalva Neres Rocha, gestora da Escola Estadual Professora Deys Lopes Jardim, no Município de Itaobim, pela conquista do 3º lugar na categoria Jornada de Gestão Educacional Transformadora na etapa nacional do Prêmio Educador Transformador, promovido pelo Sebrae, com o projeto Vozes que Rompem o Silêncio (Requerimento nº 17.932/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com Rhubya de Pádua Costa, aluna da Escola Estadual Professor Francisco de Paula Rebelo Horta, em Piumhi, pela conquista do 2º lugar no Concurso Nacional Jovem Senador, em 2022, cujo tema foi “200 anos de independência: lições da história para a construção do amanhã” (Requerimento nº 17.933/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com Fabiana Aparecida de Azevedo Machado, professora de inglês da educação básica, pela colaboração na criação do projeto Oscar Minas, que promove, desde 2009, um festival nacional de curtas-metragens em inglês para as redes públicas de ensino (Requerimento nº 17.940/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com José Querino Machado Filho (Kico), professor de inglês da educação básica, pela criação do projeto Oscar Minas, que promove, desde 2009, um festival nacional de curtas-metragens em inglês para as redes públicas de ensino (Requerimento nº 17.941/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais pelos 115 anos de sua fundação, celebrados em 21/5/2026 (Requerimento nº 17.946/2026, da Comissão de Educação);

de congratulações com os profissionais de enfermagem de Belo Horizonte e região metropolitana pela dedicação na prestação de serviço essencial à população e pelo transcurso do Mês da Enfermagem (Requerimento nº 17.957/2026, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com Fábio Velasco de Azevedo Fayad, governador do Distrito 4770 do Rotary Club, e com os demais associados desse distrito, pelo projeto Incluir para Transformar, que disponibilizou 40 salas multissensoriais para o atendimento de pessoas com deficiência e neurodivergentes (Requerimento nº 17.972/2026, da Comissão da Pessoa com Deficiência);

de apoio à vereadora Joelma da Silva Almeida, da Câmara Municipal de Ituiutuba, em razão das agressões, desrespeitos e constrangimentos sofridos durante evento institucional realizado nesse município em 20/3/2026, protagonizados pela prefeita municipal, Leandra Guedes (Requerimento nº 17.976/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Cristina Fagundes Jácome Alves pela realização do evento Conexão Trajeto Moda: Mulheres que Transformam, ocorrido em Varzelândia, em 26/3/2026 (Requerimento nº 17.977/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Cláudia Cristina Morais Starling por sua contribuição ativa com a luta contra o feminicídio e a violência contra a mulher (Requerimento nº 17.978/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Fernanda Cordeiro de Oliveira pela publicação da obra *Encruzilhadas de raça e gênero: sub-representação de mulheres negras nos partidos políticos brasileiros* (Requerimento nº 17.979/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Carla da Silva Matos Noronha por sua trajetória e, especialmente, por se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora-executiva do Guarani Esporte Clube (Requerimento nº 17.981/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com Elenice Delgado, prefeita municipal de Lima Duarte, por sua destacada trajetória na vida pública e pela gestão comprometida com a promoção das políticas públicas, da justiça social e do bem-estar da população (Requerimento nº 17.982/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com o Instituto das Artes e Movimento – Instituto Movart – pelo relevante trabalho de acolhimento, capacitação, empreendedorismo e assistência social voltado para mulheres vítimas de violência doméstica e suas famílias (Requerimento nº 17.983/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de apoio a Thailândia Maria de Freitas Leite por sua postura combativa e corajosa ao denunciar irregularidades no âmbito da Câmara Municipal de Santos Dumont (Requerimento nº 17.985/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu pela realização da 91ª ExpoZebu, ocorrida de 25/4 a 3/5/2026 (Requerimento nº 17.989/2026, da Comissão de Agropecuária);

de congratulações com a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool e com a Associação da Indústria da Bioenergia e do Açúcar de Minas Gerais pela realização da 9ª Abertura da Safra Mineira de Cana-de-Açúcar 2026-2027, realizada na Usina Vale do Tijuco, em Uberaba, em 24/4/2026 (Requerimento nº 17.990/2026, da Comissão de Agropecuária);

de repúdio às empresas Meteoric Resources e Viridis Mining & Minerals pela ausência de representantes dessas mineradoras na audiência pública realizada em Poços de Caldas, em 8/5/2026, com a finalidade de debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território do planalto vulcânico desse município (Requerimento nº 17.992/2026, da Comissão de Meio Ambiente);

de apoio a Iaraci Dias, copresidente nacional do partido Rede Sustentabilidade, ante sua expulsão da referida agremiação política, ocorrida em 14/5/2026 (Requerimento nº 18.028/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a Convenção de Ministros da Assembleia de Deus do Estado do Rio de Janeiro e com a União de Jovens da Assembleia de Deus pelo relevante trabalho social e comunitário que vêm desenvolvendo com os jovens e a comunidade (Requerimento nº 18.029/2026, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela excelência na gestão logística, pela modernização tecnológica do acervo bélico e pelo relevante serviço prestado à segurança pública do Estado (Requerimento nº 18.042/2026, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela destacada atuação policial em 29/4/2026, na Rodovia BR-381, em Caeté, que resultou na apreensão de 50 barras de maconha, totalizando mais de 100kg de material apreendido (Requerimento nº 18.043/2026, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares que menciona e com o cão Fúria pela exitosa operação realizada em 11/5/2026, no Bairro Rosário, em Sabará, que resultou na apreensão de entorpecentes, balanças de precisão e carregadores de munição (Requerimento nº 18.044/2026, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com Sérgio Evaristo de Souza, coordenador da Operação Marco Zero, Willian Almeida Costa e Diego Ferreira da Silva pelo êxito e pela excelência da referida operação, deflagrada em 30/4/2026, em Itaúna (Requerimento nº 18.045/2026, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a equipe policial composta por João Marcos do Amaral Ferreira e Leonardo Moreira Pio, delegados de polícia; Danilo Avelino da Silva e Fabiano Santos Natividade, escrivães de polícia; André Leite Drumond, inspetor de polícia; e Leonardo Prates dos Santos, Washington Rezende, Vasco Pierre da Silva, Alcides Augusto de Castro Xavier e Heberth Roberto Leite Oliveira, investigadores de polícia, pelo êxito da Operação Marco Zero, deflagrada em 30/4/2026, em Itaúna (Requerimento nº 18.046/2026, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com Rick Azevedo por sua fundamental contribuição à luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora, notadamente pelo fim da escala 6x1 (Requerimento nº 18.050/2026, da Comissão do Trabalho);

de apoio aos deputados federais Alencar Santana Braga e Leonardo Silva Prates pela célere aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, que altera o art. 7º, inciso XII, da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho e garantindo vida digna ao trabalhador brasileiro (Requerimento nº 18.052/2026, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com Rick Azevedo por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no País (Requerimento nº 18.068/2026, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Associação de Pessoas com Doença Falciforme de Minas Gerais pela relevante atuação na defesa dos direitos humanos (Requerimento nº 18.069/2026, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Maria Zenó Soares da Silva por sua destacada atuação como presidenta da Dreminas, instituição de relevante atuação na defesa dos direitos humanos e pautada na solidariedade, no combate ao racismo e à discriminação e no cuidado e na integração das pessoas com doença falciforme (Requerimento nº 18.070/2026, da Comissão de Direitos Humanos).



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 17.556/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao prefeito de Ribeirão das Neves pedido de informações consubstanciadas em cronograma atualizado das seguintes obras no âmbito do Novo PAC, no eixo Educação, Ciência e Tecnologia:

1) construção da escola em tempo integral no Bairro Alicante, referente ao Termo de Compromisso nº 964215/2024, firmado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e o Município de Ribeirão das Neves; e

2) construção de creche de educação infantil tipo 2, referente ao Termo de Compromisso nº 978057/2025, firmado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e o Município de Ribeirão das Neves.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2026.

Andréia de Jesus (PT), vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos, vice-presidenta da Comissão de Cultura e responsável do Frente Parlamentar de acompanhamento de convênios e parcerias celebrados pelo estado de Minas Gerais.

**Justificação:** Este requerimento fundamenta-se na necessidade de assegurar transparência e acompanhamento das metas estabelecidas no Novo PAC, especialmente no eixo Educação, Ciência e Tecnologia, essencial para o desenvolvimento social do Município de Ribeirão das Neves.

A construção de escola em tempo integral no Bairro Alicante e de unidade de educação infantil tipo 2 constitui medida relevante para o fortalecimento da rede municipal de ensino, com vistas a ampliar a oferta de vagas e qualificar o atendimento educacional.

O acesso a cronogramas atualizados, relativos aos Termos de Compromisso nº 964215/2024 e nº 978057/2025, é necessário para que esta Casa exerça sua função fiscalizadora e acompanhe a adequada aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A relevância dessas intervenções decorre do impacto direto na organização das famílias, especialmente no que se refere ao acesso à educação infantil e ao ensino em tempo integral. A implantação dessas unidades contribui para a ampliação de oportunidades educacionais e para a proteção social de crianças em idade escolar.

Nesse contexto, a definição clara das etapas de licitação, execução e conclusão das obras é medida necessária para dar transparência à execução dos projetos e atender às expectativas da comunidade. Considerando a complexidade técnica e administrativa envolvida na execução de convênios com a União, a disponibilização dessas informações permite identificar eventuais entraves e contribuir para sua superação. A transparência quanto ao andamento físico e financeiro dos projetos é necessária para evitar paralisações, resguardar o interesse público e assegurar o acesso ao direito à educação.

Assim, a apresentação de cronogramas detalhados é fundamental para o acompanhamento das ações e para o fortalecimento da rede pública de ensino no município.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.826/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a ampliação do número de vagas para assistentes sociais e psicólogos na composição dos núcleos de apoio ao estudante – NAEs –, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e o bom funcionamento da política pública, tendo em vista denúncias de insuficiência de corpo técnico qualificado para a prestação do serviço e de sobrecarga de servidores.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.827/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam apuradas denúncias de que o Estado

estaria utilizando contratações temporárias de forma indevida para ocupar vagas que deveriam ser preenchidas por candidatos aprovados no concurso público vigente para profissionais do Núcleo de Apoio ao Estudante, violando princípios constitucionais, e para que seja respeitada a lista do cadastro de reserva do referido concurso, retomando a normalidade jurídica e administrativa desse órgão.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.829/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para a realização de concurso público para os corpos artísticos estáveis dessa fundação, tendo em vista a necessidade de suprir o quadro atual, que se encontra defasado, conforme relatos apresentados durante a 4ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 29/4/2026.

Requer ainda sejam encaminhadas aos referidos destinatários as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da comissão.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos músicos da Orquestra Sinfônica e do Coral Lírico de Minas Gerais, com a convocação do presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.830/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que os processos seletivos de cantores solistas para as produções do Palácio das Artes sejam conduzidos com maior transparência, com a divulgação da banca examinadora nos editais de convocação e a realização de audições presenciais para todos os candidatos em todas as etapas, bem como para que, nessas seleções, seja assegurada a priorização de artistas locais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos músicos da Orquestra Sinfônica e do Coral Lírico de Minas Gerais, com a convocação do presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.832/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão, de Cultura e Turismo e Governo e à Fundação Clóvis Salgado – FCS – pedido de providências para restabelecer a ajuda de representação para os servidores das classes de músico, bailarino e corista da FCS, prevista no art. 30 da Lei nº 11.179, de 10/8/1993, e revogada pelo inciso II do art. 30 da Lei nº 22.294, de 20/9/2016.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos músicos da Orquestra Sinfônica e do Coral Lírico de Minas Gerais, com a convocação do presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO N° 17.833/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado – FCS – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a imediata reinstalação do grupo de trabalho destinado à atualização da revisão do plano de carreira da FCS, instituído em 2015 por meio da Resolução Conjunta Seplag-SEC-FCS nº 9.433, de 5/10/2015, com a participação do Sindicato dos Músicos Profissionais, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, do Conselho Estadual de Política Cultural e da Associação dos Músicos do Coral Lírico.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos músicos da Orquestra Sinfônica e do Coral Lírico de Minas Gerais, com a convocação do presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO N° 17.844/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para averiguação das causas da inundação ocorrida em 8/4/2026 no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, quando fortes chuvas provocaram alagamento de corredores, salas e do bloco cirúrgico, resultando em prejuízos aos atendimentos, perda de materiais e interrupção de procedimento cirúrgico, e para a realização de obras de manutenção visando evitar a repetição dessa situação, tendo em vista que situação semelhante já foi anteriormente comunicada pela comissão aos referidos órgãos, em novembro de 2025, por meio dos Requerimentos nºs 18.753, 18.754, 18.755 e 18.756/2025, sem que tenha havido resposta ou adoção de providências.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

**REQUERIMENTO Nº 17.908/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 6/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para reforma das guaritas e muralhas do Presídio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, tendo em vista que, durante visita da comissão à unidade, em março de 2026, o titular da pasta anunciou o início das obras no prazo de 30 dias, o que, passados 38 dias do anúncio, ainda não ocorreu.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Ressalte-se que foi entregue ao secretário de Justiça e Segurança Pública relatório circunstanciado elaborado pela comissão após visita técnica à referida unidade prisional. Na ocasião, o próprio secretário informou que as obras de reforma das guaritas e das muralhas teriam início no prazo aproximado de 30 dias. Ocorre que, transcorridos 38 dias desde a referida manifestação, não houve o início das intervenções anunciadas, circunstância que impõe a necessidade de esclarecimentos formais e da imediata adoção de providências por parte da referida secretaria.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 17.911/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Alê Portela e do deputado Duarte Bechir aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para intensificar as ações de conscientização da população sobre a importância da doação de órgãos, bem como as ações de capacitação dos profissionais de saúde que trabalham com a captação e transplante de órgãos; e para aumentar os incentivos para a atuação das comissões intra-hospitalares de doação de órgãos e tecidos para transplantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/4/2026, que teve por finalidade debater o cenário do transplante de córneas e os desafios para ampliação de atendimentos, capacitação de equipes e aumento da captação no Estado.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Arlen Santiago (MDB), presidente da Comissão de Saúde.

**REQUERIMENTO Nº 17.912/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Alê Portela e do deputado Duarte Bechir aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para ampliação do número de bancos públicos de tecido ocular humano no Estado e diminuição das desigualdades regionais no acesso a esses bancos; bem como apoio à criação de bancos de tecido ocular privados.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 16/4/2026, que teve por finalidade debater o cenário do transplante de córneas e os desafios para ampliação de atendimentos, capacitação de equipes e aumento da captação no Estado.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Arlen Santiago (MDB), presidente da Comissão de Saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 17.913/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para a apuração de impedimento ao exercício da prerrogativa de fiscalização do vereador Cássio Chiodi, da Câmara Municipal de Varginha, tendo em vista o ocorrido em 20/4/2026, quando o parlamentar, no exercício de suas atribuições constitucionais, foi impedido de ingressar no Hospital Bom Pastor, no referido município, sob a alegação de ausência de aviso prévio e de se tratar de véspera de feriado; bem como para a adoção de medidas que assegurem o livre exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo Municipal.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Arlen Santiago (MDB), presidente da Comissão de Saúde.

**Justificação:** De acordo com informações recebidas, no dia 20/4/2026, no Município de Varginha, o vereador Cássio Chiodi, no exercício das atribuições previstas no art. 31 da Constituição Federal, tentou realizar vistoria no Hospital Bom Pastor, sendo impedido de ingressar na unidade sob a alegação de ausência de aviso prévio e de se tratar de véspera de feriado.

A situação relatada suscita preocupação quanto ao respeito à prerrogativa constitucional de fiscalização do Poder Legislativo Municipal, essencial para o controle da administração pública e para a garantia da adequada prestação dos serviços de saúde.

Nesse contexto, torna-se necessária a atuação do Ministério Público para apurar os fatos e adotar as medidas cabíveis, de modo a assegurar que o exercício da função fiscalizatória não seja indevidamente restringido.

#### REQUERIMENTO Nº 17.925/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Cecília Lopes Viana referente a questionamentos sobre o cargo de analista educacional para a Superintendência Regional de Ensino de Januária no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações em 7/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004036-5/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

#### REQUERIMENTO Nº 17.926/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Maria Simone Martins Alves referente a averbação para fins de aposentadoria, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 5/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.003905-2/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

#### **REQUERIMENTO N° 17.927/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Kelly Nayane Moura Fernandes referente a questionamentos sobre os critérios e procedimentos adotados no exame admissional do concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio Sistema Eletrônico de Informações, em 11/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004113-7/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

#### **REQUERIMENTO N° 17.928/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Edna Fernandes Silva, referente a aposentadoria, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 11/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004114-1/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

#### **REQUERIMENTO N° 17.929/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Jacqueline Rodrigues da Silva Ornelas referente a recebimento de FGTS, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 11/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004115-6/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**REQUERIMENTO Nº 17.930/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Maria das Graças Amorim de Sousa Silva, referente à contagem de tempo, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 11/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004117-5/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**REQUERIMENTO Nº 17.931/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Tiago Pereira de Carvalho referente a questionamentos sobre pagamentos retroativos e cobrança de imposto de renda, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 11/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004119-4/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**REQUERIMENTO Nº 17.935/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Hugo Deleon Ferreira referente aos critérios e aos procedimentos adotados no exame admissional do concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025, conforme solicitação feita ao governo do Estado por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 8/5/2026, sob o Protocolo nº 101848.004109-0/2026.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**REQUERIMENTO Nº 17.936/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para a criação e implementação de cursos de graduação, na modalidade de licenciatura, no Campus do Mucuri da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Teófilo Otoni, inicialmente nas áreas de pedagogia, computação, história e artes, considerando a necessidade de ampliação da formação docente na

região, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional regional, a melhoria dos indicadores educacionais e o enfrentamento das desigualdades educacionais no Vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Justificação:** Esta solicitação justifica-se diante das diversas manifestações encaminhadas que apontam para a necessidade urgente da ampliação da oferta de cursos de graduação, na modalidade de licenciatura, no Campus do Mucuri da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, em Teófilo Otoni.

Conforme relatos, a implementação desses cursos, inicialmente nas áreas de pedagogia, computação, história e artes, apresenta elevada relevância para a região do Vale do Mucuri e áreas adjacentes, ao contribuir para a formação de docentes qualificados e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade da educação básica.

A ausência de cursos de formação docente nas referidas áreas de conhecimento tem gerado impactos diretos na qualidade da educação básica na região, bem como dificultado o acesso da população ao ensino superior gratuito e presencial.

Diante do exposto, solicita-se a criação e implementação de cursos de graduação, na modalidade de licenciatura, no Campus do Mucuri da UFVJM.

#### REQUERIMENTO Nº 17.937/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Prefeitura Municipal de Guiricema pedido de providências para a adoção das medidas administrativas necessárias para assegurar a oferta de transporte escolar adequado, regular e seguro aos estudantes matriculados na Escola Estadual Prefeito Antônio Arruda, oriundos da zona rural, especialmente aqueles provenientes da Escola Estadual Galdino Leocádio, cujas atividades foram encerradas em dezembro de 2025, considerando, ainda, os acidentes já ocorridos anteriormente com estudantes no município durante o percurso para a escola.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Justificação:** Conforme relatos encaminhados, a Escola Estadual Galdino Leocádio, localizada no Distrito de Vilas Boas, em Guiricema, atendia estudantes do Distrito de Vilas Boas, dos povoados de Santa Montanha e Dom Silvério, onde a agricultura familiar é a atividade principal.

Inicialmente, a instituição havia sido municipalizada, e após o processo, passou a funcionar de forma coabitada, mantendo o atendimento ao Ensino Fundamental I. Conforme relatos, a comunidade não foi previamente informada sobre o fechamento da escola, tendo tomado conhecimento disso apenas na tentativa de realizar novas matrículas, quando não foi possível inserir o nome dos alunos no sistema.

A referida unidade foi a terceira escola estadual a ser fechada no município, o que tem gerado preocupações quanto aos impactos sociais e psicológicos para a população. Um dos principais pontos refere-se às dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar, especialmente em relação a alunos do campo e alunos atípicos. Isso porque atualmente a Escola Estadual Prefeito Antônio Arruda está recebendo os alunos e servidores remanejados, e diante da distância, os alunos terão que se deslocar para a cidade para conseguir estudar.

Entretanto, segundo relatos, na cidade não há monitoramento nos ônibus escolares. Além disso alguns pais agricultores não conseguem fazer o acompanhamento dessas crianças durante o transporte. Em fevereiro de 2025, inclusive, uma aluna faleceu ao ser atropelada por um ônibus escolar enquanto voltava da aula, em frente uma escola que fica localizada no centro da cidade, o que reforça a percepção de que o trajeto apresenta alto risco para a segurança e a integridade física dos alunos.

Diante do exposto, é imprescindível que a administração pública estadual e a municipal adotem as medidas necessárias para assegurar a oferta de transporte escolar adequado, regular e seguro aos estudantes matriculados na Escola Estadual Prefeito Antônio Arruda, oriundos da zona rural, especialmente aqueles provenientes da Escola Estadual Galdino Leocádio.

#### REQUERIMENTO Nº 17.942/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a imediata aplicação da Lei nº 25.773, de 2026, que dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional para os servidores ocupantes dos cargos das carreiras de analista universitário, técnico universitário, auxiliar administrativo universitário, analista universitário da saúde, técnico universitário da saúde e médico universitário, previstas na Lei nº 15.463, de 2005.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Justificação:** Conforme relatos recebidos, servidores das carreiras abrangidas pela Lei nº 25.773, de 2026, que dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional, têm apresentado dúvidas referentes à aplicação da norma, especificamente quanto ao momento de concessão do adicional por escolaridade, se após o estágio probatório ou a partir do ingresso do servidor no órgão. Diante disso, é necessário que a Secretaria de Planejamento e Gestão proceda à imediata aplicação da Lei nº 25.773, de 2026.

#### REQUERIMENTO Nº 17.943/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam realizadas, com urgência, obras de reforma e revitalização na Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, situada em Igarapé, considerando a atual precariedade na infraestrutura da unidade, que apresenta infiltrações e entrada de água em ambientes essenciais.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Justificação:** Conforme relatos recebidos, a comunidade escolar da Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, situada no Município de Igarapé, encontra-se preocupada com a atual precariedade da infraestrutura da instituição, que apresenta infiltrações e entrada de água em ambientes essenciais, como a cantina, comprometendo o funcionamento adequado do espaço.

Ainda segundo relatos, já foram realizadas diversas solicitações de projeto de revitalização ao longo dos anos, em razão das necessidades da escola, sem que houvesse retorno por parte dos órgãos responsáveis.

Diante disso, torna-se necessária a realização de obras de reforma na referida escola, a fim de promover melhorias em sua infraestrutura, considerando o atual estado de precariedade.

**REQUERIMENTO Nº 17.944/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para abster-se de fechar a Escola Estadual Padre Anacleto Giraldi, no Município de Araxá, e de destinar seu prédio ao funcionamento de unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Justificação:** Conforme relatos recebidos, a Escola Estadual Padre Anacleto Giraldi, localizada no Bairro Santo Antônio, no Município de Araxá, atualmente atende ao ensino fundamental II (6º ao 9º ano), contando com 21 turmas, sendo 10 no turno da manhã e 11 no turno da tarde. Trata-se de instituição com mais de 60 anos de existência, tradicional e fortemente vinculada à comunidade local, com relevante contribuição histórica e educacional para o referido município.

Ressalta-se que, segundo relatos, o atual crescimento no número de alunos na instituição é resultado do trabalho contínuo da equipe gestora, pedagógica e docente, consolidando a escola como referência na qualidade do ensino.

Ocorre que, no dia 27 de abril de 2026, a comunidade escolar foi surpreendida com a informação de que o estabelecimento seria transformado em unidade do Colégio Tiradentes, conforme anúncio realizado pelo governador durante evento em Araxá, sem comunicação prévia à gestão escolar. Tal informação gerou preocupação entre membros da comunidade escolar, diante da possibilidade de encerramento das atividades da escola nos moldes atuais, com impacto direto nas 21 turmas existentes e na redistribuição dos profissionais.

Diante desse cenário, a comunidade encontra-se insegura diante da ausência de diálogo prévio e de planejamento participativo, temendo possíveis prejuízos à continuidade das atividades educacionais e à organização da rede. Portanto, justifica-se esta solicitação, a fim de assegurar a manutenção do funcionamento da referida unidade escolar nos moldes atuais, evitando quaisquer medidas que impliquem o fechamento de escolas estaduais em funcionamento, a adaptação estrutural ou administrativa que descaracterize a natureza original dessas unidades ou a transferência total ou parcial de escolas da rede estadual para funcionamento como unidades do Colégio Tiradentes.

**REQUERIMENTO Nº 17.947/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para destinar armamento tipo fuzil ao destacamento da corporação no Município de Minduri.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A presente solicitação fundamenta-se nas constatações realizadas por meio do gabinete itinerante do deputado Sargento Rodrigues, ocasião em que foram identificadas demandas operacionais relevantes relacionadas ao agravamento da situação de segurança pública no Município de Minduri. Verificou-se que Minduri vem enfrentando cenário de crescente violência, com relatos de forte atuação de organizações criminosas, notadamente o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, que vêm ampliando sua presença na localidade, circunstância que eleva significativamente o grau de risco das ocorrências atendidas pelas guarnições policiais.

Nesse contexto, a disponibilização de armamento tipo fuzil mostra-se medida indispensável para o fortalecimento da capacidade operacional do destacamento da Polícia Militar, especialmente no enfrentamento de ocorrências de maior complexidade e risco, garantindo maior segurança aos policiais militares no exercício de suas funções e ampliando o poder de dissuasão da corporação diante da atuação de grupos criminosos organizados.

Ressalte-se que o fortalecimento dos meios operacionais da Polícia Militar é essencial para assegurar maior eficiência nas ações de policiamento ostensivo, contribuindo para a contenção da criminalidade e para a proteção da população local, especialmente em cenários marcados pela presença de facções criminosas estruturadas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.948/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a substituição dos coletes balísticos da delegacia de Polícia Civil no Município de Lima Duarte.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação fundamenta-se nas constatações realizadas pelo gabinete itinerante deste parlamentar, que identificou demandas urgentes relacionadas às condições de segurança dos servidores da Polícia Civil que atuam no município. Verificou-se que os coletes balísticos atualmente disponíveis encontram-se vencidos, o que compromete de forma significativa a proteção individual dos policiais no exercício das atividades operacionais, especialmente em diligências externas e ações investigativas de maior risco.

Ressalte-se que o Município de Lima Duarte apresenta cenário de agravamento da criminalidade, com relatos de forte presença de organizações criminosas, notadamente o Comando Vermelho e o PCC, circunstância que eleva o grau de risco enfrentado pelos policiais civis no desempenho de suas funções e reforça a necessidade de disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados e dentro do prazo de validade.

Nesse contexto, a substituição dos coletes balísticos vencidos mostra-se medida indispensável para garantir a integridade física dos servidores, assegurar-lhes condições dignas de trabalho e fortalecer a atuação da Polícia Civil no enfrentamento da criminalidade, contribuindo para maior eficiência das ações de polícia judiciária no município.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.949/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a destinação de armamento tipo fuzil à delegacia do Município de Aiuruoca.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação se fundamenta nas constatações realizadas pelo gabinete itinerante deste parlamentar, que identificou demandas operacionais relevantes relacionadas ao agravamento da situação de segurança pública no município. Verificou-se que Aiuruoca vem enfrentando cenário de crescente violência, com relatos de forte atuação de organizações criminosas, notadamente o Comando Vermelho e o PCC, que vêm ampliando sua presença na localidade, circunstância que eleva significativamente o grau de risco das atividades desempenhadas pelos policiais civis no exercício de suas funções.

Nesse contexto, a disponibilização de armamento tipo fuzil mostra-se medida necessária para o fortalecimento da capacidade operacional da delegacia da Polícia Civil, especialmente no cumprimento de diligências investigativas de maior complexidade e risco, proporcionando maior segurança aos servidores e ampliando a capacidade de enfrentamento da criminalidade organizada.

Ressalte-se que o adequado aparelhamento das unidades da Polícia Civil constitui elemento essencial para garantir a efetividade das ações de polícia judiciária, sobretudo em cenários marcados pela atuação de facções criminosas estruturadas, sendo indispensável assegurar aos policiais condições compatíveis com os desafios enfrentados no cotidiano operacional.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.950/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da referida secretaria pedido de providências para adoção de medidas administrativas para a execução do Edital Interno de Remoção nº 1/2025, relativo aos agentes de segurança socioeducativos.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A presente solicitação decorre de relatos encaminhados por agentes de segurança socioeducativos acerca de possível afronta aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da segurança jurídica e da boa-fé administrativa no processamento das remoções internas disciplinadas pelo Edital Interno de Remoção nº 1/2025. Segundo informado, o edital disponibilizou nove vagas para o Centro Socioeducativo de Passos – CSE Passos –, tendo os candidatos realizado regularmente suas inscrições e obtido classificação final homologada. Contudo, apenas parte dos classificados foi convocada, permanecendo os demais sem chamamento. Paralelamente, em razão do fechamento da unidade socioeducativa de Sete Lagoas, foi editado memorando administrativo autorizando a remoção de servidores para outras unidades, inclusive para o CSE Passos. Os relatos indicam que servidores oriundos da unidade desativada vêm sendo direcionados para unidades constantes do memorando, inclusive para o CSE Passos, enquanto candidatos regularmente classificados no referido edital permanecem sem convocação, mesmo diante da existência de vagas disponíveis.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.952/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para garantir o acesso do

Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil no Estado de Minas Gerais a todos os órgãos da Polícia Civil no Estado, como parte de suas atribuições de controle, fiscalização e auxílio das condições e dos profissionais, em especial ao Centro Estadual de Plantão Digital, que, sem qualquer motivação, impediu o acesso do referido sindicado.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Ressaltamos que o reiterado e imotivado descumprimento deste pedido de providências enseja eventuais medidas legais e regimentais que garantam os direitos do servidor.

#### REQUERIMENTO Nº 17.953/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para garantir o acesso do Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil no Estado de Minas Gerais – Sindep-MG – a todos os órgãos da Polícia Civil, no exercício das atribuições sindicais de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho dos servidores, especialmente ao Centro Estadual de Plantão Digital, diante de relato de impedimento imotivado de acesso à unidade, o que pode ensejar eventuais medidas legais e regimentais para garantia do direito dos servidores.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

#### REQUERIMENTO Nº 17.956/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Governo pedido de providências para a recomposição das perdas salariais acumuladas pelos empregados da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e para a implementação de políticas permanentes de valorização dos pesquisadores e demais empregados da empresa, com a adoção de soluções negociadas voltadas à valorização da carreira e à melhoria das condições de trabalho, considerando a relevância estratégica da Epamig para o desenvolvimento científico e agropecuário do Estado.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

**Justificação:** Este requerimento fundamenta-se em pleito apresentado pela Associação dos Pesquisadores da Epamig – Aspe –, que relata a precarização das condições de trabalho e o arrocho salarial imposto aos empregados da empresa, apesar da relevância estratégica desempenhada pela instituição para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Estado de Minas Gerais.

Segundo a manifestação encaminhada, os pesquisadores e técnicos da Epamig possuem elevada qualificação acadêmica e são responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas de referência nacional e internacional no setor agropecuário, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do agronegócio mineiro, setor que representa parcela significativa do produto interno bruto estadual. O documento destaca que, nos últimos anos, a Epamig consolidou posição de destaque entre as principais empresas do setor

agropecuário do País, tendo figurado entre as cinco melhores empresas do segmento no “ranking” da revista Globo Rural e alcançado, em 2024, o segundo lugar entre as empresas de serviços agropecuários do Brasil.

A entidade ressalta, ainda, que a Epamig realizou, apenas em 2024, mais de dois mil eventos técnico-científicos, elaborou 168 publicações técnicas e científicas, disponibilizou dezenas de novas tecnologias agropecuárias e agroindustriais, além de fornecer sementes, mudas qualificadas e material genético de elevada relevância para o setor produtivo mineiro.

Não obstante os resultados expressivos alcançados, a Aspe informa que a empresa passou a apresentar baixa atratividade profissional em razão da defasagem remuneratória acumulada. Conforme relatado, desde 2019, as perdas salariais acumuladas alcançam aproximadamente 21,76%. O documento também aponta que a remuneração inicial de pesquisadores da Epamig encontra-se significativamente inferior à praticada por instituições congêneres, como a Epagri e a Embrapa.

Diante desse cenário, solicita-se providências para adoção de medidas voltadas à valorização dos empregados da Epamig, especialmente no que se refere à recomposição das perdas salariais acumuladas e à melhoria das condições de trabalho dos pesquisadores e técnicos da instituição.

#### REQUERIMENTO Nº 17.958/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de providências para adoção de medidas urgentes destinadas ao reforço do efetivo e ao fortalecimento da segurança no Presídio de Passos e na 18ª Região Integrada de Segurança Pública.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos de policiais penais acerca do grave déficit de efetivo enfrentado pela unidade, que atualmente conta com aproximadamente 43 policiais penais para custódia de cerca de 500 presos, havendo defasagem estimada superior a 50% do efetivo necessário.

Segundo informado, durante o período noturno, a unidade opera, em determinados plantões, com aproximadamente cinco policiais penais, além de ocorrerem constantes convocações de servidores durante períodos de folga em razão da insuficiência de efetivo.

Os relatos apontam ainda a desativação de guaritas e postos de segurança para remanejamento de servidores, bem como recente atentado a tiros contra a unidade prisional, circunstâncias que evidenciam a necessidade urgente de reforço das medidas de segurança institucional.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.959/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para destinar viatura modelo 4x4 para atuação na zona rural, bem como aparelho de ar condicionado e bebedouro ao destacamento da corporação no Município de Belmiro Braga.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A presente solicitação fundamenta-se nas constatações realizadas por meio do gabinete itinerante do deputado Sargento Rodrigues, ocasião em que foram identificadas demandas operacionais e estruturais relevantes relacionadas ao agravamento da situação de segurança pública no Município de Belmiro Braga. Verificou-se que Belmiro Braga vem enfrentando cenário de aumento significativo da criminalidade, com relatos de forte atuação de organizações criminosas, que vêm ampliando sua presença e domínio na localidade, configurando uma situação de elevada criticidade.

Ressalte-se que o município possui posição geográfica estratégica, situado em região próxima às divisas com os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, circunstância que favorece a circulação e a atuação de grupos criminosos organizados, exigindo maior presença estatal e intensificação das ações de policiamento ostensivo, especialmente no contexto do fortalecimento do cinturão de segurança pública na região.

Nesse cenário, a disponibilização de viatura modelo 4x4 mostra-se medida indispensável para garantir maior mobilidade das guarnições policiais no atendimento de ocorrências na zona rural, especialmente em áreas de difícil acesso, ampliando a capacidade de resposta das equipes e a efetividade das ações de policiamento.

Além disso, a destinação de aparelho de ar condicionado e bebedouro revela-se necessária para assegurar condições mínimas de conforto e salubridade aos policiais militares no ambiente de trabalho, contribuindo para a melhoria das condições estruturais da unidade e para o adequado desempenho das atividades operacionais e administrativas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.960/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para a destinação de armamento tipo espingarda calibre 12 e uma viatura policial modelo 4x4 para atuação na zona rural ao destacamento da corporação no Município de Liberdade.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Este requerimento fundamenta-se nas constatações realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar, que identificou demandas operacionais relevantes relacionadas ao agravamento da situação de segurança pública no município. Verificou-se que Liberdade vem enfrentando cenário de aumento significativo da criminalidade, com relatos de forte atuação de organizações criminosas que vêm ampliando sua presença e domínio na localidade, configurando uma situação de elevada criticidade.

Ressalte-se que o município possui posição geográfica estratégica, situado em região próxima às divisas com os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, circunstância que favorece a circulação e a atuação de grupos criminosos organizados, exigindo maior presença estatal e intensificação das ações de policiamento ostensivo, especialmente no contexto do fortalecimento do cinturão de segurança pública na região.

Nesse cenário, a disponibilização de viatura modelo 4x4 mostra-se medida indispensável para garantir maior mobilidade das guarnições policiais no atendimento de ocorrências na extensa zona rural, assegurando melhores condições de deslocamento em áreas de difícil acesso e ampliando a capacidade de resposta das equipes. Da mesma forma, a destinação de espingarda calibre 12

representa importante reforço ao aparato operacional da unidade, contribuindo para maior poder de dissuasão e segurança nas intervenções policiais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.961/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, ao Ministério Público de Minas Gerais, à Polícia Militar e à Polícia Civil pedido de providências para a criação de força-tarefa permanente integrada, ou de estrutura específica nos moldes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, destinada ao enfrentamento da extração ilegal de minério e ao controle da cadeia de comercialização e exportação mineral no Estado.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação decorre de informações constantes em relatório da Controladoria-Geral da União, concluído no final de março de 2026 e publicado em 7/5/2026, que apontou graves fragilidades no sistema de fiscalização da origem e da exportação de minérios no País. O cenário evidencia a necessidade de atuação integrada e permanente entre órgãos estaduais e federais de segurança pública, persecução penal e fiscalização, com foco não apenas na identificação de lavras clandestinas, mas também na interrupção efetiva das atividades ilícitas, em apreensão de bens, responsabilização criminal e recuperação dos prejuízos causados ao erário e ao meio ambiente, até que sobrevenha legislação específica e clara acerca do controle de cargas minerais destinadas à exportação. Diante da relevância da matéria e dos impactos na segurança pública decorrentes da mineração ilegal, faz-se necessária a adoção urgente de medidas coordenadas e permanentes para impedir que minério extraído ilegalmente seja comercializado e exportado como se tivesse origem regular.

#### REQUERIMENTO Nº 17.962/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de providências para adoção urgente de medidas destinadas ao reforço da segurança institucional e ao fornecimento de armamentos, equipamentos de proteção individual e outros materiais operacionais aos policiais penais da unidade prisional de Muriaé.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos de policiais penais da unidade acerca da insuficiência no acautelamento de armas de fogo e equipamentos operacionais, mesmo após a recente aquisição de novos armamentos pelo Estado. Segundo informado, a unidade abriga elevado número de presos ligados a facções criminosas, havendo, inclusive, alertas do serviço de inteligência sobre possíveis ataques contra agentes de segurança pública e contra estruturas da unidade prisional.

Diante da gravidade da situação e do elevado risco enfrentado pelos servidores, faz-se necessária a adoção imediata de providências voltadas para a proteção dos policiais penais e o fortalecimento da segurança da unidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.963/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e ao Comitê de Orçamento e Finanças pedido de providências para a prorrogação do prazo de validade do concurso público para o Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militar 2025, a ampliação do número de vagas previstas no edital e o aproveitamento dos candidatos remanescentes considerados aptos em todas as etapas do certame.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação fundamenta-se na existência de candidatos aprovados como excedentes e considerados aptos em todas as fases do concurso, plenamente disponíveis para matrícula e início do curso de formação, bem como na necessidade de recomposição do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar, reconhecida pelo próprio Estado com a publicação de novo edital prevendo 320 vagas para soldado.

A medida mostra-se compatível com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, além de encontrar respaldo no próprio edital, que prevê a possibilidade de ampliação de vagas e prorrogação da validade do certame, conforme conveniência da administração pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.964/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o atendimento urgente das demandas de manutenção ou recomposição do efetivo de agentes socioeducativos no Município de Patos de Minas; de destinação de coletes balísticos ao Centro Socioeducativo de Uberaba; de reforma das guaritas e muralhas do Presídio Dutra Ladeira; e de recomposição do efetivo e regularização das condições de funcionamento do Presídio de Poços de Caldas, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, conforme constatações realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar, bem como em consonância com requerimentos anteriormente encaminhados à referida secretaria.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Durante as visitas realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar em diversas regiões do Estado, foi possível verificar inúmeras deficiências estruturais, operacionais e de pessoal enfrentadas pelas unidades do sistema prisional e socioeducativo mineiro, situação que compromete diretamente a segurança dos servidores, dos custodiados e da população em geral.

As demandas identificadas envolvem especialmente a necessidade de recomposição e manutenção do efetivo de servidores, melhorias estruturais nas unidades prisionais, aquisição de equipamentos de proteção individual e adoção de providências urgentes

destinadas à regularização das condições de funcionamento de estabelecimentos penais que enfrentam déficit de servidores e superlotação.

Nesse sentido, foram constatadas as seguintes necessidades:

- Patos de Minas: manutenção ou recomposição do efetivo de agentes socioeducativos;
- Centro Socioeducativo de Uberaba: destinação de coletes balísticos;
- Presídio Dutra Ladeira: reforma das guaritas e das muralhas;
- Poços de Caldas: recomposição do efetivo e regularização das condições de funcionamento do Presídio de Poços de Caldas, no âmbito da 18ª Região Integrada de Segurança Pública, diante do déficit de servidores e da superlotação da unidade.

Ressalte-se que as demandas apresentadas são essenciais para assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores da segurança pública, bem como para garantir maior segurança e eficiência na gestão das unidades prisionais e socioeducativas do Estado.

Dessa forma, mostra-se imprescindível a adoção de medidas urgentes por parte do governo do Estado, visando fortalecer a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e assegurar melhores condições de funcionamento às unidades mencionadas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 17.965/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o atendimento urgente das demandas de construção de piscina nas dependências da unidade do Corpo de Bombeiros Militar em Ituiutaba, bem como de torre de altura em alvenaria destinada ao treinamento operacional dos militares; e de destinação de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios florestais à unidade da corporação em Machado, conforme constatações realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar, bem como em consonância com requerimentos anteriormente encaminhados ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Durante as visitas realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar a diversas regiões do Estado, foi possível verificar demandas estruturais e operacionais essenciais ao fortalecimento das atividades desempenhadas pelo Corpo de Bombeiros Militar, especialmente no que se refere à capacitação operacional, ao treinamento especializado e à oferta de melhores condições de atuação aos militares da corporação.

As demandas identificadas envolvem a necessidade de melhorias estruturais nas unidades, ampliação das condições de treinamento e destinação de equipamentos indispensáveis ao adequado desempenho das atividades de prevenção e combate a incêndios, salvamento e outras ações de defesa civil desempenhadas pela corporação.

Nesse sentido, foram constatadas as seguintes necessidades:

- Ituiutaba: construção de uma piscina nas dependências da unidade, bem como de uma torre de altura em alvenaria destinada ao treinamento operacional dos militares;
- Machado: destinação de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios florestais.

Ressalte-se que o atendimento a tais demandas é fundamental para garantir melhores condições de treinamento, segurança operacional e eficiência na prestação dos serviços realizados pelo Corpo de Bombeiros Militar, especialmente diante do aumento das ocorrências envolvendo incêndios florestais e outras situações de emergência que exigem preparo técnico e estrutura adequada.

Dessa forma, mostra-se imprescindível a adoção de medidas urgentes por parte do governo do Estado visando fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar e assegurar melhores condições de trabalho aos militares da corporação.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

### REQUERIMENTO Nº 17.966/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o atendimento urgente das seguintes demandas apresentadas pelas unidades da Polícia Civil situadas nos municípios abaixo relacionados, em consonância com requerimentos anteriormente encaminhados à Chefia da Polícia Civil:

- Botelhos: aumento do efetivo policial, com a designação de investigadores e escrivão;
- Poço Fundo: destinação de fuzis calibre 7.62mm, espingarda calibre 12, nova viatura e aumento do efetivo policial;
- Andradas: viatura e aumento do efetivo policial;
- Machado: viatura nova descaracterizada e adequação de duas viaturas tipo caminhonete destinadas à delegacia;
- Carmo de Minas: viatura descaracterizada;
- Itamonte: viatura descaracterizada, substituição do armamento atualmente utilizado e destinação de cofre para armazenamento de armas longas;
- Pouso Alegre: destinação de 28 pistolas calibre 9mm;
- Natércia: aumento do efetivo policial, destinação de computador, viatura modelo caminhonete 4x4 equipada com cela e substituição da atual viatura descaracterizada por outra mais nova;
- Paraisópolis: viatura modelo caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio de comunicação, bem como aumento do efetivo policial;
- Cristina: viatura modelo caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio de comunicação, viatura descaracterizada e aumento do efetivo policial;
- Areado: viatura descaracterizada;
- Lima Duarte: aumento do efetivo policial e destinação de viatura descaracterizada;
- Carmo do Rio Claro, Santa Bárbara do Monte Verde, Rio Preto, Liberdade, Bocaina de Minas, Carvalhos, Serranos, Seritinga, Aiuruoca, Minduri, Cruzília e Baependi: aumento do efetivo policial.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Durante as visitas realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar em diversas regiões do Estado, foi possível verificar inúmeras deficiências estruturais, operacionais e logísticas enfrentadas pelos policiais civis que atuam especialmente em municípios do interior, muitos deles localizados em regiões de difícil acesso e que sofrem diretamente com a carência de efetivo policial, de viaturas adequadas e de equipamentos indispensáveis ao regular funcionamento das unidades

policiais. As demandas identificadas envolvem especialmente a necessidade de aumento do efetivo policial, renovação da frota de viaturas caracterizadas e descaracterizadas, aquisição de armamentos, equipamentos de segurança, mobiliários e instrumentos necessários ao fortalecimento das atividades investigativas e operacionais da Polícia Civil.

Ressalte-se que muitas dessas unidades enfrentam sérias dificuldades operacionais decorrentes da insuficiência de efetivo, da precariedade estrutural e da ausência de equipamentos mínimos necessários ao adequado desempenho das atividades investigativas e de polícia judiciária, situação que compromete diretamente a eficiência da segurança pública e prejudica a prestação dos serviços à população mineira. Dessa forma, mostra-se imprescindível a adoção de medidas urgentes por parte do governo do Estado, visando garantir melhores condições de trabalho aos policiais civis e fortalecer a atuação da Polícia Civil de Minas Gerais nas localidades mencionadas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

### REQUERIMENTO Nº 17.967/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para implementação de internet via satélite, em modelo similar ao sistema Starlink, nas viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, especialmente nas unidades situadas em municípios do interior do Estado, e para o atendimento urgente das seguintes demandas apresentadas pelas unidades da corporação situadas nos municípios abaixo relacionados, em consonância com requerimentos anteriormente encaminhados ao Comando-Geral da PMMG:

- Sem Peixe: armamento calibre 12 e viatura caminhonete 4x4, em razão da extensa área rural;
- Entre Folhas, Coimbra e Ervália: armamento calibre 12;
- São José do Goiabal, Naque e Periquito: substituição dos coletes balísticos vencidos;
- Dionísio: viatura nova, longarina para recepção e cadeiras de escritório;
- Nova Era: viatura nova modelo 4x4;
- São Domingos do Prata: viatura nova e substituição dos coletes balísticos vencidos;
- Antônio Dias: viatura caminhonete 4x4 e computador;
- Marliéria: viatura nova e aumento do efetivo policial;
- Jaguarapu e Bugre: viatura caminhonete 4x4, em razão da extensa área rural;
- Ipaba e São João do Oriente: viatura nova;
- Bela Vista de Minas e Bandeira do Sul: armamento tipo fuzil calibre 5.56;
- Dom Cavati: reforma da fração policial;
- São José do Alegre: fuzis calibres 5.56 e 7.62, armamento calibre 12, espingarda de repetição tipo *pump*, granadas de luz e som, granadas lacrimogêneas, arma de incapacitação neuromuscular, impressora e aparelho de ar condicionado;
- Pedra do Anta: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e armamento tipo carabina calibre 5.56;
- Canaã e São João da Mata: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e fuzil calibre 5.56;
- Cajuri, Antônio Prado de Minas, Vieiras, Carvalhópolis, Miradouro, Divino, Itumirim, Itanhandu, Natércia, Pedralva, Cristina, Conceição dos Ouros e Cachoeira de Minas: viatura caminhonete 4x4 com cela e rádio HT;
- Tombos: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e escudo balístico;

- Pedra Dourada: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e longarina para recepção;
- Elói Mendes: mesas, cadeiras, longarinas, computadores, gerador de energia e armamento de incapacitação neuromuscular;
- Fama: reforma e apoio logístico ao destacamento;
- Serrania: espingarda calibre 12, fuzil calibre 5.56 e viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT;
- Paraguaçu: armamento de incapacitação neuromuscular e duas novas viaturas motocicletas;
- Campestre: fuzis calibre 7.62 e espingarda calibre 12;
- Divisa Nova: munições de borracha;
- Ibituruna de Minas: viatura e substituição de colete balístico vencido;
- Ipuiuna: aumento do efetivo policial, armamento de incapacitação neuromuscular e fuzil calibre 7.62;
- São Gonçalo do Sapucaí: aumento do efetivo e apoio logístico;
- Cordislândia: viatura nova modelo Duster e apoio logístico;
- Monsenhor Paulo: substituição das pistolas Imbel por pistolas Glock e destinação de espingarda calibre 12;
- Santa Rita de Caldas: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e espingarda calibre 12;
- Carmo da Cachoeira: substituição do fuzil calibre 5.56 por fuzil calibre 7.62 e destinação de espingarda calibre 12;
- São Francisco do Glória e Dom Viçoso: armamento calibre 12 e carabina calibre 5.56;
- Fervedouro: fuzil calibre 7.62 e viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT;
- Faria Lemos: armamento de incapacitação neuromuscular tipo Taser/Spark e viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT;
- Virgínia: carregadores para armas de incapacitação neuromuscular;
- Olímpio Noronha e São Pedro da União: armas de incapacitação neuromuscular;
- Pouso Alegre: reforma da cozinha e do refeitório do 20º BPM;
- Sapucaí-Mirim: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e aumento do efetivo policial;
- Diamantina: aumento do efetivo policial;
- Heliadora: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT, aparelho de ar condicionado, bebedouro e munições calibre .40;
- Gonçalves: apoio logístico, cadeiras, bebedouro e substituição das pistolas Imbel por Glock;
- Delfim Moreira: aumento do efetivo policial e viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT;
- Careçu: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio portátil, *drone* e substituição do fuzil calibre 5.56 por calibre 7.62;
- São Sebastião da Bela Vista: viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT e aparelho de ar condicionado;
- Wenceslau Braz: reforma da fração policial, viatura caminhonete 4x4 e fuzil calibre 7.62;
- Maria da Fé: cadeiras, mesas, computadores, impressoras, viatura caminhonete 4x4 e armamento calibre 12;
- Piranguinho: impressora, dois aparelhos de ar condicionado e aumento do efetivo policial;
- Marmelópolis: instalação de serpentina no muro dos fundos e viatura caminhonete 4x4 equipada com cela e rádio HT;
- Paraisópolis: viatura 4x4 equipada com cela e rádio comunicador portátil;

- Iapu: mudança do local de funcionamento do destacamento e espingarda calibre 12;
- João Pinheiro – Distrito de Cana Brava: viatura 4x4;
- São Tomás de Aquino: viatura caminhonete 4x4 com cela, aumento do efetivo policial e apoio logístico;
- Monte Belo, Alterosa, Conceição da Aparecida, Juruáia, Areado, São José da Barra: viatura caminhonete 4x4 com cela;
- Muzambinho: criação de sala de instrução, alojamento e destinação de três coletes balísticos;
- Fortaleza de Minas: viatura caminhonete 4x4 com cela, aumento do efetivo policial e substituição dos coletes balísticos;
- Arceburgo: armário de cozinha, mesas, cadeiras e outros móveis;
- Nova Resende: *drone*;
- Guaranésia: *notebook*, bebedouro inox, monitor, impressora e aparelho celular funcional;
- Iguatama: armamento de incapacitação neuromuscular e treinamento para uso de armamentos longos;
- Bambuí: viatura SUV com cela, armamentos, pistolas semiautomáticas, fuzil calibre 7.62 com mira optrônica, *notebook*, rádios portáteis, coletes, escudo balístico e capacetes balísticos;
- Roque de Minas, Vargem Bonita, Doresópolis, São João Batista do Glória, Capetinga, Delfinópolis, Claraval e São José da Barra: destinação ao 12º BPM de 9 fuzis Arad calibre 7.62, 2.000 munições calibre 7.62, 9 armas de incapacitação neuromuscular Taser e 22 coletes balísticos;
- Juiz de Fora: reforma dos banheiros e construção de refeitório na 70ª Companhia PM;
- Santa Bárbara do Monte Verde, Rio Preto, Liberdade, Bocaina de Minas, Lima Duarte, Carvalhos, Serranos, Seritinga, Aiuruoca, Minduri, Cruzília e Baependi: aumento do efetivo policial;
- Caldas: computadores, duas armas de incapacitação neuromuscular e uma espingarda calibre 12.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Durante as visitas realizadas por meio do gabinete itinerante deste parlamentar em diversas regiões do Estado, foi possível verificar inúmeras deficiências estruturais, operacionais e logísticas enfrentadas pelos policiais militares que atuam especialmente em municípios do interior, muitos deles localizados em áreas rurais extensas, regiões de difícil acesso e localidades impactadas pelo avanço da criminalidade organizada. As demandas identificadas envolvem a necessidade de renovação da frota policial, aquisição e substituição de armamentos, coletes balísticos vencidos, aumento do efetivo policial, melhorias estruturais nas frações da PMMG, destinação de equipamentos tecnológicos, mobiliários e outros instrumentos indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades.

Ressalte-se que muitas dessas unidades enfrentam sérias dificuldades operacionais decorrentes da precariedade da estrutura física, da insuficiência de efetivo e da ausência de equipamentos mínimos para o adequado exercício da atividade policial militar, situação que compromete diretamente a segurança pública da população mineira e coloca em risco a integridade física dos militares estaduais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

### REQUERIMENTO Nº 17.968/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para análise da promoção do delegado Eduardo José Pereira Gil ao nível especial da carreira.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** O servidor público possui extensa trajetória dedicada à segurança pública do Estado de Minas Gerais. Ingressou na carreira policial em 1999, inicialmente na Polícia Militar de Minas Gerais, e alcançou o Curso de Oficiais em 2012. Posteriormente, optou pela carreira de delegado de Polícia Civil, por vocação e convicção pessoal. Desde então, exerceu suas funções em diversas unidades policiais, destacando-se pela atuação firme, comprometida e eficiente no enfrentamento da criminalidade.

O delegado Eduardo José Pereira Gil possui relevantes cursos de aperfeiçoamento profissional, capacitações estratégicas e especialização em Direito Público, além de vasta experiência operacional e administrativa, com destaque para sua atuação nas delegacias de Malacacheta, Itambacuri e Teófilo Otoni.

Durante sua atuação na Delegacia Regional de Teófilo Otoni e à frente da Delegacia Especializada em Repressão a Furtos e Roubos da PCMG, alcançou resultados expressivos na redução da criminalidade, na desarticulação de organizações criminosas, no cumprimento de mandados de busca e de prisão e na melhoria dos índices de eficiência investigativa, mesmo diante de limitações estruturais e de reduzido efetivo policial.

Registre-se, ainda, que o delegado Eduardo José Pereira Gil apresenta histórico funcional ilibado, sem punições disciplinares, procedimentos administrativos ou sindicâncias, além de ter obtido notas máximas de desempenho funcional nos anos de 2023 e 2024, o que demonstra excelência técnica, dedicação ao serviço público e elevado comprometimento com a missão institucional da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Assim, considerando a relevante contribuição prestada à segurança pública mineira e os serviços desempenhados ao longo de sua trajetória funcional, entende-se justa e meritória a adoção das providências necessárias para viabilizar sua promoção ao nível especial da carreira de delegado de Polícia Civil.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

### REQUERIMENTO Nº 17.970/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para regulamentar o quantitativo mínimo de agentes socioeducativos em atuação nas unidades socioeducativas do Estado, de forma a assegurar que as atribuições legais desses servidores, nos termos do art. 4º da Lei nº 15.302, de 10/8/2004, sejam exercidas de maneira segura e eficiente em qualquer tipo de unidade, seja híbrida ou direta.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 13/5/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos agentes de segurança socioeducativos, em especial as escalas de trabalho, no âmbito das unidades socioeducativas do Estado sob o modelo de gestão direta, híbrida e o funcionamento de unidades socioeducativas sem a presença do Estado.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**REQUERIMENTO Nº 17.971/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a jornada de trabalho dos agentes socioeducativos permita condições dignas de execução de suas atribuições legais em conciliação com as necessidades referentes a suas atividades regulares na vida privada, assegurando maior facilidade de locomoção, maior tempo de descanso e diminuição de situações de sobrejornada, adotando-se preferencialmente a manutenção da jornada de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso nas unidades socioeducativas do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 13/5/2026, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos agentes de segurança socioeducativos, em especial as escalas de trabalho, no âmbito das unidades socioeducativas do Estado sob o modelo de gestão direta, híbrida e o funcionamento de unidades socioeducativas sem a presença do Estado.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**REQUERIMENTO Nº 17.980/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de providências para que promovam a inclusão, nos espaços das faturas destinados a avisos, de mensagens de combate à violência doméstica e familiar e de canais de denúncia, como o Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) e os contatos das autoridades locais, visando democratizar o acesso à informação e oferecer suporte direto às vítimas em todo o Estado.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Ana Paula Siqueira (PT), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

**REQUERIMENTO Nº 17.993/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis pedido de providências para que seja avocado para a esfera da União o processo de licenciamento da extração e separação de terras-raras do planalto vulcânico de Poços de Caldas, em função dos riscos de contaminação interestadual das águas com origem nessa região.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**REQUERIMENTO Nº 17.994/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para que sejam conduzidos estudos para verificação de risco radioativo e de contaminação de águas por radiação em âmbito interestadual por processos de separação e de extração de terras-raras no planalto vulcânico de Poços de Caldas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**REQUERIMENTO Nº 17.995/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para que seja dado andamento, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco –, ao reconhecimento das estâncias hidrominerais de Caldas, Poços de Caldas e Águas do Prata como patrimônio mundial.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**REQUERIMENTO Nº 17.996/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas pedido de providências para a suspensão das licenças locais concedidas às empresas mineradoras de terras-raras, até que se tenha certeza sobre os impactos socioambientais e as medidas tecnológicas necessárias à mitigação desses impactos causados pela atividade minerária.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.997/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria-Geral da Presidência da República pedido de providências para que seja instituída comissão interministerial para visita ao território do planalto vulcânico de Poços de Caldas e diálogo com a população desse território sobre os possíveis impactos da exploração de terras-raras.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.998/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para que, na análise do Projeto de Lei nº 2780/2024, que “institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências”, sejam incluídos na composição do referido comitê dois representantes da população do planalto vulcânico de Poços de Caldas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO Nº 17.999/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para que seja realizado seminário legislativo sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, objeto do Projeto de Lei nº 2.780/2024, à luz da realidade socioambiental do Planalto Vulcânico de Poços de Caldas e da região Leste do Estado de São Paulo, em face dos possíveis impactos da mineração de terras-raras.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO N° 18.000/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo em Poços de Caldas e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande em Poços de Caldas pedido de providências para que sejam realizados estudos detalhados sobre os impactos do avanço da exploração de terras-raras nos recursos hídricos do Planalto Vulcânico de Poço de Caldas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO N° 18.003/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 5/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário Municipal de Saúde de Ibitaré pedido de informações consubstanciadas em documento contendo registros oficiais ou notificações de casos de esquistossomose no município, em especial de moradores do entorno da Lagoa da Petrobras, esclarecendo-se se tem sido realizado monitoramento da presença de caramujos contaminados com o *Schistosoma mansoni* na referida lagoa.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da visita desta comissão, realizada em 9/4/2026, que teve por finalidade acompanhar a evolução da situação de degradação ambiental e de assoreamento da Lagoa da Petrobras e de seus afluentes, bem como para obter informações sobre as medidas que estão sendo tomadas pela Refinaria Gabriel Passos – Regap –, da Petrobras, para resolução desses problemas.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO N° 18.004/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor da Companhia Siderúrgica Nacional em Congonhas pedido de informações detalhadas sobre a Pilha de Rejeito Filtrado Sul Maranhão 1,

que essa companhia pretende implantar no referido município, entre as localidades de Plataforma Antigo e Quilombo de Santa Quitéria, nos termos do Decreto com Numeração Especial nº 496/2024, considerando os questionamentos da população e do poder público local constantes do Processo Administrativo Municipal nº 11.835/2024. Por oportuno, informa que este requerimento reitera o pedido de informações já apresentado à mencionada companhia por meio do Requerimento nº 8.704/2024, com ofício encaminhado em 6/11/2024.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO N° 18.007/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Financiadora de Estudos e Projetos pedido de providências para instalação no Município de Poços de Caldas do Centro de Inteligência e Tecnologias Avançadas em Terras Raras, no âmbito do Parque Tecnológico da Cidade de Inovação, sob cogestão da Universidade Federal de Alfenas e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2026, que teve por finalidade debater o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2026.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

#### **REQUERIMENTO N° 18.019/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 5/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja conferida prioridade às intervenções em trechos localizados mais próximo à calha do Rio Doce, visando acelerar a recuperação da infraestrutura logística e a segurança das comunidades diretamente impactadas pelo desastre.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2026.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

#### **REQUERIMENTO N° 18.023/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento da deputada Carol Caram aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente da Associação Mineira de Supermercados pedido de informações sobre as medidas adotadas diante da contaminação identificada em produtos da marca Ypê por ação de fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como sobre as orientações repassadas aos supermercadistas quanto ao cumprimento de eventual parcela de responsabilidade em relação ao ocorrido e sobre os procedimentos para troca ou devolução dos produtos e restituição dos valores pagos.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Adriano Alvarenga (PP), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.024/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento da deputada Carol Caram aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pedido de informações sobre as medidas adotadas para garantir a divulgação clara, precisa e acessível dos dados referentes aos produtos e lotes da marca Ypê atingidos pela contaminação identificada em fiscalização da agência, especificando-se os itens afetados, os respectivos lotes, as datas de fabricação e outras informações necessárias à correta identificação desses itens pelos consumidores, supermercados e outros fornecedores.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2026.

Adriano Alvarenga (PP), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.032/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e às Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que, em caráter de urgência, sejam sanados os problemas que resultam na precariedade das condições de trabalho dos policiais penais e comprometem a segurança dos servidores no Presídio de São Joaquim de Bicas II, adotando-se, especificamente, as seguintes medidas:

- 1) disponibilização, nas guaritas, de mobiliário apropriado e em condições adequadas de uso, como cadeiras e mesas de apoio;
- 2) disponibilização, nos alojamentos feminino e masculino utilizados pelos policiais penais, de mobiliário apropriado, como camas e colchões, bem como de ventilação adequada e espaço compatível com sua utilização; e
- 3) recomposição do efetivo do presídio, cuja capacidade é de 754 custodiados, embora abrigasse, no momento da visita, 1.114 detentos, tendo em vista esse quadro de superlotação e a insuficiência do efetivo atualmente disponível, composto por 208 policiais penais, em contraste com o quantitativo estimado de 280 servidores necessário ao adequado funcionamento da unidade.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da visita desta comissão, realizada em 11/5/2026, que teve por finalidade verificar as condições de trabalho dos policiais penais e dos demais servidores, bem como as condições de segurança e de manutenção da unidade, o quadro de efetivo, a situação do alojamento e da cozinha e as condições de salubridade nesses ambientes.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.033/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia

Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que sejam avaliadas e implementadas medidas destinadas a assegurar maior estabilidade e permanência nas movimentações de militares, especialmente após a conclusão do Curso Especial de Formação de Sargentos.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos de militares que permanecem por longos períodos cadastrados no Sismov aguardando transferência para localidades mais próximas de suas famílias. Segundo informado, em diversos casos, quando a movimentação é finalmente efetivada, ocorre pouco antes da realização do Curso Especial de Formação de Sargentos, sendo os militares novamente transferidos após a conclusão do curso, circunstância que reduz significativamente o período de permanência junto aos familiares. A situação relatada vem ocasionando expressivo desgaste emocional, financeiro e familiar aos militares, especialmente àqueles lotados em regiões mais afastadas do Estado. Diante disso, requer sejam estudadas alternativas administrativas que promovam maior razoabilidade, equilíbrio e permanência nas movimentações funcionais, de forma a minimizar os impactos pessoais e familiares suportados pelos militares.

#### REQUERIMENTO Nº 18.034/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apuração de possíveis irregularidades na definição da jornada e da escala de trabalho dos policiais penais lotados na unidade Inspetor José Martinho Drumond, bem como para adoção das medidas administrativas cabíveis caso sejam constatadas situações de abuso ou assédio funcional.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos encaminhados a este parlamentar informando a adoção de regime de expediente supostamente utilizado como forma de punição a servidores da unidade, impondo comparecimento presencial em cinco dias da semana aos policiais penais que atuam diretamente na atividade operacional. Segundo informado, a medida vem causando significativo desgaste físico e emocional aos servidores, além de gerar sentimento de perseguição e assédio funcional no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade das informações apresentadas, requer sejam promovidas a devida apuração dos fatos e a avaliação da compatibilidade das medidas adotadas com os princípios da razoabilidade, da legalidade e da valorização dos profissionais da segurança pública.

#### REQUERIMENTO Nº 18.035/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que aprimorem, com urgência, as condições estruturais, sanitárias e de custódia da Casa de Custódia de Matozinhos.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação decorre de relatos encaminhados a este parlamentar acerca das precárias condições de funcionamento da unidade, especialmente no que se refere às instalações sanitárias destinadas a visitantes e custodiados, às condições de higiene e salubridade do ambiente prisional e à insuficiência da estrutura disponibilizada para permanência de custodiados e atendimento ao público.

Diante da gravidade das informações apresentadas, requer sejam adotadas providências urgentes para realização de avaliação técnica da unidade e implementação das medidas necessárias à garantia de condições adequadas de higiene, salubridade, segurança e funcionamento do estabelecimento prisional.

#### REQUERIMENTO Nº 18.036/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de providências para adoção urgente de medidas destinadas à melhoria das condições de trabalho e segurança dos policiais penais lotados no Presídio Jason Soares Albergaria, no Município de São Joaquim de Bicas.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos encaminhados a este parlamentar apontando graves deficiências estruturais e operacionais na unidade, especialmente quanto às condições dos postos de serviço, dos alojamentos, das muralhas, das bases de segurança e dos locais de permanência dos servidores, havendo informação de que determinados postos sequer dispõem de estrutura mínima adequada para o exercício das atividades funcionais.

Diante da gravidade dos fatos narrados, requer sejam adotadas providências urgentes para avaliação técnica da unidade e implementação das medidas necessárias à garantia da segurança institucional e da dignidade das condições de trabalho dos policiais penais.

#### REQUERIMENTO Nº 18.037/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para que conduza com diligência e celeridade o inquérito policial instaurado para apurar a morte do motociclista Gabryeell Patryck Silva, ocorrida em 11/1/2024, no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua Bernardo Guimarães, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, e para que, observados os ritos e procedimentos investigativos cabíveis, promova o indiciamento do motorista responsável pelo acidente pela prática do crime de homicídio doloso qualificado, nos termos do art. 121, §2º, incisos III e IV, do Código Penal.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** O motorista responsável pelo acidente, além de admitir aos policiais militares que havia ingerido bebida alcoólica no dia dos fatos, avançou o sinal vermelho e atingiu diretamente o motociclista, que faleceu ainda no local. Ressalte-se que

os policiais militares registraram no boletim de ocorrência que, embora o condutor tenha se recusado a realizar o teste do etilômetro, apresentava hálito etílico e sinais evidentes de embriaguez.

#### REQUERIMENTO Nº 18.038/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Professor Wendel Mesquita aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil em Contagem pedido de providências para que conduza, com a necessária diligência e celeridade, o Inquérito Policial nº 2017-079-002678-001-006288711-42, instaurado para apurar a morte de João Gonçalves de Brito, ocorrida em 31/5/2017 no cruzamento da Avenida Francisco Firmo de Matos com a Rua Rio Colorado, na região do Novo Riacho, no Município de Contagem, bem como para adoção das medidas investigativas cabíveis quanto à eventual prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, com incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 302, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 9.503, de 1997.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Conforme apurado, João Gonçalves de Brito, então com 81 anos de idade, atravessava regularmente na faixa de pedestres quando foi atingido por veículo automotor no cruzamento da Avenida Francisco Firmo de Matos com a Rua Rio Colorado, na Região do Novo Riacho, no Município de Contagem, vindo a óbito em decorrência do atropelamento ocorrido em 31/5/2017.

Segundo informações encaminhadas pelos familiares da vítima, o impacto da colisão arremessou o idoso a aproximadamente dez metros de distância, circunstância que, em tese, indica incompatibilidade da condução do veículo com a cautela e a velocidade esperadas para o local. Há, ainda, registro em vídeo posteriormente juntado ao inquérito policial por iniciativa dos familiares.

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de adequada responsabilização criminal, mostra-se imprescindível que o inquérito policial seja conduzido com a devida diligência e celeridade, observando-se os procedimentos investigativos cabíveis.

#### REQUERIMENTO Nº 18.039/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a aplicação do § 5º do art. 213 da Lei nº 5.301, de 1969, com vistas à alteração dos períodos e frações previstos para promoção por merecimento das praças da ativa à graduação de primeiro-sargento, considerando a necessidade de adequação do efetivo existente ao previsto em lei.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** Esta solicitação decorre de informações constantes no Almanaque de Subtenentes e Sargentos publicado na Intranet BM em 15/1/2026, segundo as quais há expressivo déficit na graduação de primeiro-sargento, pois está previsto o efetivo de 273 militares e existe o quantitativo de 208.

Segundo informado, diversos militares da turma do CFS 2014 preencherão, no ano de 2026, os requisitos necessários para promoção por merecimento, especialmente quanto ao interstício mínimo de seis anos na graduação de segundo-sargento e ao aproveitamento no Curso de Atualização de Sargentos.

Diante disso, requer sejam avaliadas alternativas administrativas voltadas à revisão dos períodos e frações previstos no inciso II do art. 213 da Lei nº 5.301, de 1969, visando reconhecer e valorizar os militares aptos à promoção por merecimento, bem como promover a adequação do efetivo da corporação às previsões legais vigentes.

#### REQUERIMENTO Nº 18.041/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de providências para adoção urgente de medidas destinadas à recomposição do efetivo de policiais penais, à melhoria das condições estruturais e ao reforço da segurança institucional no Presídio de Guaranésia.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

**Justificação:** A solicitação decorre de relatos de grave déficit de efetivo, sobrecarga de trabalho e aumento significativo da população carcerária após interdições de unidades da região integrada de segurança pública, além de condições insalubres nos alojamentos e banheiros dos servidores.

Também foram apontadas deficiências estruturais e operacionais, incluindo armamentos enferrujados, munições úmidas e problemas na guarita da unidade, circunstâncias que comprometem a segurança institucional e as condições de trabalho dos policiais penais.

Diante da gravidade dos fatos, requer-se sejam adotadas providências urgentes para avaliação técnica da unidade e implementação das medidas necessárias à normalização das condições de funcionamento do estabelecimento prisional.

#### REQUERIMENTO Nº 18.047/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao governo do Estado pedido de providências para que, em caráter de urgência, sejam sanados os problemas que resultam na precariedade das condições de trabalho dos policiais penais e comprometem a segurança dos servidores no Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional Gameleira, atentando-se, especificamente, para as seguintes medidas:

- disponibilização, nas guaritas, de mobiliário apropriado e em condições adequadas de uso, como cadeiras e mesas de apoio, considerando o péssimo estado de conservação constatado durante a visita técnica, marcado por condições precárias, subumanas e insalubres, o que compromete a dignidade da pessoa humana;

- disponibilização, nos alojamentos utilizados pelos policiais penais, tanto feminino quanto masculino, de mobiliário apropriado, como camas e colchões, bem como de ventilação adequada e espaço suficiente e compatível com o uso, considerando o péssimo estado de conservação constatado durante a visita técnica, marcado por condições precárias, subumanas e insalubres, o que compromete a dignidade da pessoa humana;

• recomposição do efetivo, tendo em vista, de um lado, a superlotação do Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional Gameleira, cuja capacidade é de 789 presos, mas que abrigava, no momento da visita, 1.588 detentos; e, de outro, o fato de a unidade contar com um efetivo de apenas 249 policiais penais.

Ressalte-se que essa demanda decorre da visita da comissão, em 11/5/2026, ao Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional Gameleira, para verificar as condições de trabalho dos policiais penais e dos demais servidores, bem como as condições de segurança e de manutenção da unidade, o quadro de efetivo, a situação do alojamento e da cozinha e as condições de salubridade nesses ambientes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da visita desta comissão, realizada em 11/5/2026, que teve por finalidade verificar as condições de trabalho dos policiais penais e dos demais servidores, bem como as condições de segurança e de manutenção da unidade, o quadro de efetivo, a situação do alojamento e da cozinha e as condições de salubridade nesses ambientes.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.051/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado e das deputadas Bella Gonçalves, Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel e Cristiano Silveira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Bancada dos Deputados Federais de Minas Gerais pedido de providências para votar favoravelmente ao fim imediato da escala 6x1 e a consequente redução da jornada de trabalho para pelo menos 40 horas semanais.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.053/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente do Congresso Nacional pedido de providências para colocar em pauta o projeto de lei que versa sobre a aposentadoria especial para motoristas e cobradores.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

#### **REQUERIMENTO Nº 18.097/2026**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 26/5/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências com vistas a que seja implementado protocolo para incluir, nos boletins de ocorrência de violência doméstica, familiar e de natureza sexual, campo específico para a indicação de que a vítima é uma mulher com deficiência e a que seja adotado modelo intersetorial de coleta de dados

que indique o tipo de deficiência e o grau de dependência da vítima em relação ao agressor, em estrita consonância com a perspectiva biopsicossocial preconizada pela Lei Brasileira de Inclusão.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2026.

Maria Clara Marra (PSDB), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/6/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/6/2026, Rebeca Moreira Lins, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

nomeando Andrea Barbosa Rezende Dias, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

nomeando Eduardo Henrique Capistrano Cunha Júnior, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Fátima Eliza Mendes Ribeiro de Faria, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

nomeando Rebeca Moreira Lins, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 46/2026

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/6/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade a aquisição de licenças de *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 3 de junho de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



## ASSEMBLEIA CULTURAL

### PROJETO SEGUNDA MUSICAL

#### JULGAMENTO DE RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

A comissão organizadora do Edital de Chamamento Público nº 4/2026, destinado à seleção de agentes culturais para o Projeto Segunda Musical, torna público o resultado do julgamento dos recursos e a classificação final das propostas apresentadas no processo seletivo. A classificação final está organizada em ordem decrescente de pontuação.

**1. JULGAMENTO DOS RECURSOS**

Nº	Candidato		Instrumento	Resultado
1	122678	Júlia Knak da Silva e Rodrigo Santana de Souza	Violino e viola	Deferido
2	123351	Vinicius Gomes Reis e Gabriela Campolina Andrade	Violoncelo e piano	Deferido

**2. CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**1.1 PROPOSTAS SELECIONADAS**

Classificação geral dos candidatos aprovados dentro do limite anunciado de vagas, após aplicação dos critérios de desempate.

Classificação	Candidato		Instrumento	Nota
1º	123036	Breno Rodrigo Bartolomeu da Silva e Alana Gabriela Camoropin Guariero Machado	Canto e piano	57,1
2º	123138	Bruna Garcia Vieira do Nascimento	Piano	57,0
3º	123345	Ludmilla Oliveira da Cunha	Piano	56,8
4º	123145	César Augusto e Carlos Moraes	Piano e canto	56,3
5º	123136	Jhony de Souza Pinto	Violão	55,4
6º	123227	Albert Andrew de Jesus, Joanna Araujo Tomaz e Danilo Zanetti Silva Leite	Duo de flautas e piano	55,3
7º	122924	Maria Eduarda Silva Pereira	Piano	54,6
8º	122957	Nathan Nascimento Dias e Raquel Freire Baeta	Flauta e piano	54,5
9º	122625	Thiago Miranda Ouchi	Piano	54,5
10º	123351	Vinicius Gomes Reis e Gabriela Campolina Andrade	Violoncelo e piano	54,4
11º	123223	Gustavo Piffer Guimarães	Piano	53,4
12º	123149	Arthur Figueiredo Hosken	Piano	53,3
13º	123348	Ana Clara Sepúlveda e Danilo Zanetti Silva Leite	Canto e piano	53
14º	123116	Victor Augusto Carvalho dos Santos	Flauta	52,5
15º	123097	Isadora Furtado Sousa, Isabela Furtado Sousa e Otávio Lamounier	Violino, violoncelo e piano	52
16º	122995	Paulo Augusto Borges	Piano	50,9
17º	123340	Danilo Zanetti Silva Leite	Piano	50,8
18º	123147	Thiago Miranda Ouchi e Isabela Bianchi Bottaro de Andrade	Piano e canto	50,7

**1.2 PROPOSTAS APROVADAS – EXCEDENTES**

Classificação geral dos candidatos aprovados como excedentes, após aplicação dos critérios de desempate.

Classificação	Candidato		Instrumento	Nota
19º	123148	Raquel Jota Quaresma e Clarissa Carvalho Faria	Piano e violoncelo	50,6
20º	122678	Júlia Knak da Silva e Rodrigo Santana de Souza	Violino e viola	50,2
21º	122540	Henrique Granero Fiel e Marlon Henrique Melo dos Santos	Piano e canto	50,2
22º	123118	Samuel Ferreira Nunes de Souza, João Pedro Mendes Valverde, Guilherme William Lima dos Santos e Breno da Cunha Cipriano	Violoncelo, duo de violinos e viola	50
23º	123153	Bruna Garcia Vieira do Nascimento e Marcela Molica Silva Guimarães	Piano e piano	49,4
24º	123137	Jhony de Souza Pinto e Natália Pacheco	Violão e canto	48,7
25º	123221	Mariana Chaves Duarte e Rafael Rodrigues Oliveira	Canto e piano	45,7

Os aprovados dentro do limite de vagas deverão apresentar a documentação de habilitação em até cinco dias úteis contados a partir do recebimento do e-mail de convocação, que será enviado para o endereço eletrônico cadastrado na pré-inscrição.

A lista completa dos documentos a serem apresentados e a descrição do processo de habilitação, incluindo os prazos, estão disponíveis para consulta no item 10. DA HABILITAÇÃO do edital.

Belo Horizonte, 3 de junho de 2026.

Comissão Organizadora do Projeto Segunda Musical

**ERRATA****ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2026**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/5/2026, na pág. 113, sob o título “Oradores Inscritos”, no pronunciamento do deputado Doutor Jean Freire, onde se lê:

“É ainda mais bonito saber que todos os produtos, que eu tive a oportunidade de provar ontem e trazê-los para cá são orgânicos e não livres de venenos.”, leia-se:

“É ainda mais bonito saber que todos os produtos, que eu tive a oportunidade de provar ontem e trazer para cá, são orgânicos. Não tem uso de veneno.”.